

FIM DE SÉCULO: CEM ANOS SEM JUSTIÇA SOCIAL

Se compararmos alguns cenários do fim do século XIX nos campos científico, econômico e social, com os problemas enfrentados pela Humanidade na entrada do terceiro milênio, vemos que não houve avanços em muitos terrenos, principalmente quando se observa a exclusão social e a pobreza



Marcelo Montenegro*

Durante os últimos cem anos o capitalismo impôs sua presença de maneira universal e agravou os problemas sociais em todo o mundo. Gerou-se uma massa de desempregados e subempregados com acesso restrito aos direitos políticos e que está marginalizada do consumo e do conforto.

O nacionalismo, na sua forma mais agressiva, como expressão de xenofobia e intolerância, voltou a surgir com virulência em quase toda a Europa. Hoje se acredita muito menos na ciência do que no começo do século e o desequilíbrio global do meio ambiente criou desafios que despertam temores pela futura sorte de todas as espécies. A ciência não substituiu a religião, como se chegou a pensar que aconteceria no início deste século. Pelo contrário, o fanatismo em suas formas mais extremadas se desenvolve em muitos lugares do mundo.

No meio deste contexto mundial complexo, muitos abandonam as utopias igualitárias que, há cem anos atrás, anunciavam a iminência da revolução social.

Para inaugurar um debate sobre estes temas, **cadernos do terceiro mundo** conversou com dois professores da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Afonso Carlos Marques dos Santos e Francisco José Calazans Falcon. Afonso Carlos, que é professor adjunto de Teoria e Metodologia da História, investiga a questão nacional como paradigma formado no século XIX para pensar a História, e Falcon, que é professor titular, trabalha com a pesquisa da História Social das Idéias, Teoria e Metodologia da História, Teoria da Historiografia e História e Historiografia da Cultura.

A seguir publicamos uma versão desta entrevista, deixando em aberto uma série de questões que deverão ser abordadas em edições futuras.

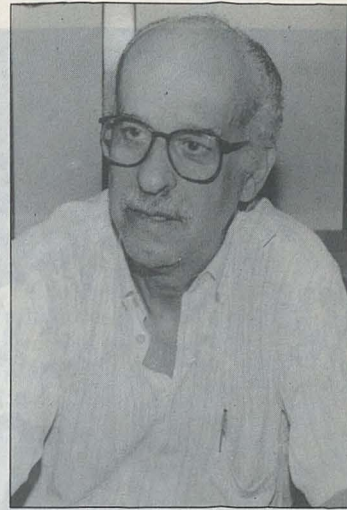
Prof. Afonso Carlos, como o sr. colocaria o tema da evolução da questão nacional ao longo do século?

– Eu pesquiso a formação do paradigma nacional, construído no século XIX para pensar a História. Este paradigma correspondeu à formação dos Estados nacionais no século XIX e, do ponto de vista da cultura, correspondeu ao romantismo. Foi a necessidade de inventar um passado para os Estados nacionais reconstruídos depois da Revolução Francesa.

O meu ponto de partida é sempre a mudança de significado que houve em algumas categorias que nós utilizamos no mundo contemporâneo.

A *nação*, por exemplo, se converteu em uma categoria política só a partir da Revolução Francesa. É justamente a partir deste momento histórico que começo a estudar como é que se constrói um imaginário sobre a nação e como a historiografia constrói a própria nação sob o ponto de vista da História.

Outro eixo de minha reflexão é também o de que a nação não é um dado, e sim um problema; é o objeto de uma construção. Se transportamos esse raciocínio



Os historiadores Afonso Carlos M. dos Santos e José C. Falcon

para esta preocupação de comparar o final do século XIX com o final do século XX, a primeira coisa que surge e surpreende é que no século XIX houve uma onda de nacionalismos que hoje pareciam sepultados. E só houve nacionalismo no século XIX depois da Revolução Francesa, em um momento no qual as massas começaram a irromper e a ter peso no cenário político.

É importante, portanto, estabelecer uma cronologia da *questão nacional*. Durante o século XVIII se formou a idéia de nação e no século XIX se organizaram os Estados nacionais. Mas é apenas no final do século – nas três últimas décadas, quando as massas irromperam na política e ganharam peso com o surgimento do voto universal na Europa – que desponta o nacionalismo.

E aparece como um instrumento de propaganda para a coesão nacional, marcando de forma determinante o final do século XIX, caracterizado pela noção de nacionalidade entendida de forma extrema.

Ao mesmo tempo em que parecia que o liberalismo tinha garantido a paz, uma vez terminada a época das guerras mercantilistas, o final do século passado esteve marcado pela ocupação e partilha europeia da Ásia e da África e por uma radicalização das particularidades nacionais, originada nas Constituições aprovadas na Europa.

Este racismo eurocentrista que levou ao colonialismo não estará ainda vigente na Europa?

– O fim do século passado é um momento no qual a Europa avalia e julga o resto do mundo e, ao mesmo tempo, se apropria – e reparte – o continente africano e uma parte da Ásia.

Um século depois, é surpreendente e assustador que muitas das práticas que julgávamos enterradas definitivamente tenham renascido com grande virulência nas últimas décadas. E assusta ainda mais ver o renascimento do nacionalismo, justamente na sua vertente mais bárbara, a que surge do fortalecimento da xenofobia, do medo de tudo o que seja estrangeiro, e da intolerância.

Só que hoje existe um contexto diferente ao do ra-



O desemprego atual é a pobreza situada em um nível de exclusão que indica haver pessoas que não têm nenhuma utilidade para o sistema: nem sequer para serem exploradas

cismo do século XIX, um racismo que pretendeu ser "científico". Atualmente há um *culturalismo*, praticado em nome das diferenças culturais, e já não das diferenças de raça. Todas as exclusões praticadas atualmente em diferentes países da Europa têm esta origem.

Há diferenças entre o Leste europeu e o resto da Europa?

— Isto é algo que eu vinha percebendo há muitos anos. Acho que era previsível que, com o desmoronamento da União Soviética, a questão nacional retornasse com todas as suas particularidades extremas. E depois da experiência autoritária, onde se praticou uma camuflagem do problema nacional, esta questão ressurgiu de forma bastante violenta.

Mas agora está claro que não se trata de um fenômeno exclusivo da Europa oriental. É um fenômeno que passa também pelas particularidades regionais da Península Ibérica, pelo problema das nacionalidades na Espanha, pelos distintos regionalismos que existem em muitos países, como a França, Alemanha, Itália e Bélgica. Fenômenos que pareciam estar definitivamente enterrados depois da II Guerra Mundial, hoje renascem com tanta ou mais força que antes.

Não seria este um fenômeno inerente ao capitalismo, ou que pelo menos está associado ao sistema econômico que hoje vigora em quase todo o planeta?

— O fenômeno é curioso. De um lado, está o problema da exploração da mão-de-obra que realiza o capitalismo do final do século XIX de forma muito nítida. Os movimentos sociais daquela época expressam uma insubordinação contra as formas de exploração da mão-de-obra, uma luta para criar condições de vida e de trabalho adequadas para os trabalhadores, etc.

O que mudou um século depois? Hoje, há outro componente. O componente da pobreza gerada pelo desemprego, que já não é a pobreza como fruto da exploração ou objeto da exploração. É a pobreza sem lugar algum na sociedade.

O desemprego atual é a pobreza situada em um nível de exclusão que indica haver pessoas que não têm nenhuma utilidade para o sistema: nem sequer para serem explorados. E me preocupa muito o renascimento da noção de extermínio. Isto pode ser visto aqui no Brasil de forma muito nítida, muito clara.

Retornemos ao tema econômico. Assim como a prosperidade europeia dos anos 60 levou a estimular a "importação" de mão-de-obra dos países do Magreb, a recessão e os problemas de emprego levam hoje os europeus a querer expulsar esses imigrantes...

— No final do século XIX havia problemas sociais derivados da existência de uma massa de pessoas pobres, que estavam disponíveis como mão-de-obra. No final deste século, em contrapartida, criou-se uma massa de população em todo o mundo que não serve nem para ser explorada. Há uma prática geral de exclusão.

Um exemplo claro é o que acontece, por exemplo, no Rio de Janeiro, onde uma parte da população não consegue ser assimilada pelo conjunto de cidadãos, não tem como integrar-se à sociedade nacional.

Então, o que resta como solução é tratá-los como inimigos, como habitantes do lugar que é o centro da criminalidade. E é exatamente este o lugar que foi ocupado pelo tráfico de drogas no vazio deixado pelo Estado. Em uma sociedade que não tem organização autônoma, quando as pessoas são deixadas de lado, alguém ocupa o espaço que o Estado deixa. E hoje isto é muito grave no Brasil, pois existe a possibilidade do surgimento de campos de concentração pedidos por uma parte da sociedade, para circunscrever o âmbito da atividade de uma parte da população e inclusive para promover seu extermínio.

— Acredito que isto esteja muito claramente explicitado no sentido comum que criaram a classe média e determinados setores populares, de que é necessário entrar nas favelas abrindo fogo e que os pobres devem ser tratados de uma forma dura.

Curiosamente, há muita gente no meio universitário e no âmbito dito "progressista" com esta mesma visão: "As questões de segurança chegaram a um ponto de tal gravidade que é necessário fazer algo"; e a partir daí não se pensa mais.

Considero que estamos vivendo no final deste século um conjunto de atitudes discricionárias, de exclusão explícita, muito claras.

As utopias mudaram ou estão acabando?

— Digamos que a utopia internacionalista acabou sendo derrotada na I Guerra Mundial, quando o próprio movimento social dos sindicatos se voltou para as lutas nacionais. Hoje, curiosamente, o capitalismo acaba promovendo na Europa a eliminação das fronteiras nacionais, ou pelo menos tenta fazê-lo. Sob o ponto de vista dos ideais internacionalistas, isto deveria gerar a expectativa de um mundo melhor, a criação de um "cidadão do mundo".

Porém, criaram um cidadão europeu excluindo as

culturas de fora da Europa. Todo o racismo na Europa hoje está relacionado a este problema. E o que o racismo ataca é algo que se construiu no século XX e tem a ver com o direito à identidade cultural, o direito à diferença. É algo que foi muito defendido pelos antropólogos e se refere à relativização das culturas, ao direito à especificidade cultural.

O que ocorreu foi que, num movimento perverso, isto está sendo atualmente usado como argumento para reforçar exatamente a xenofobia e o extremismo. O argumento seria: "Não quero que este tipo de gente faça parte do meu cotidiano, não por razões de credo, raça ou opinião política, e sim porque foram educados de outra forma e sua cultura me incomoda. Então os excluo porque eu tenho direito à minha cultura e ao meu território."

Quando a esquerda, em muitos países da América Latina, incluindo o Brasil, se queixa da ausência de um "projeto nacional", no marco deste ressurgimento do nacionalismo não se estará colocando de novo esta antiga discussão?

— Não sei. A esquerda na América Latina nunca foi contra a questão nacional. Fez um casamento entre nacionalismo e socialismo, o que é muito complicado. Toma-se uma utopia internacionalista e se promove o seu "casamento" com a questão nacional, ou seja, evocam-se os mitos nacionais e se defende a idéia de que existe uma identidade entre os *nacionais*, quer sejam burgueses ou trabalhadores. Portanto, esta identidade tem particularidades e pode continuar uma evolução progressista. Mas é difícil casar uma utopia libertária com os particularismos nacionais. Cuba foi uma exceção. É uma ilha que tem um indivíduo poderoso e então este particularismo nacional coincide com a utopia de uma sociedade igualitária. Mas este é um caso muito particular.

Atualmente, a construção nacional na África sem violência é muito difícil. Os limites da nação são os do poder de dominação da classe governante. Mas estes são agora conceitos antigos, que perderam o sentido. Ninguém mais fala de *classe dominante*.

Ao estudar as mudanças na evolução do século XX se torna interessante analisar se este final de sé-

Brasil: exclusão consentida

A constituição da nação e da cidadania no Brasil ao longo deste século, bem ou mal, foi alcançada. As massas entraram na política durante o século atual. Mas o significado desta entrada deve ser visto por ângulos diferentes.

Na opinião do professor Falcon, o ingresso das massas no cenário político mudou completamente as regras do jogo mas seus efeitos são discutíveis. "Não se pode negar que foi um avanço, mas nem sempre teve sinais positivos, entre outras coisas porque não existiu no Brasil uma consciência de cidadania."

Segundo ele, em geral os indivíduos não são conscientes de seus direitos e de seus deveres e, ao mesmo tempo, houve uma grande hipertrofia do Estado: "Resultado disso foi a consolidação da velha tradição originária da colônia, segundo a qual tudo se espera do Estado, tudo se reclama do Estado, mas ninguém se responsabiliza individualmente em colaborar, em fazer e atuar para obter os resultados que se quer deste Estado".

Atualmente há níveis de organização maiores e melhores em alguns setores da sociedade brasileira. Mas

a grande questão levantada pelo professor é sobre o modelo de desenvolvimento no Brasil, se ele deve apontar para uma sociedade de indivíduos ou para uma sociedade mais comunitária.

"Na América Latina, o que vemos como nossas deficiências são sempre produto do jogo de espelho que nos faz ver a realidade alterada. Quando nos olhamos, não vemos o mesmo que se vê nos países do Primeiro Mundo. E consideramos isso como uma falha, como uma carência", afirma o acadêmico. Esta abordagem propõe encarar positivamente aspectos vistos como negativos e ver que eles contêm potencialidades diferentes das que se desenvolveram na Inglaterra, nos Estados Unidos, etc.

"Nossas cúpulas de poder, olhando para a Europa, sempre desprezaram nossas realidades. Hoje existe uma crítica em relação a esta visão elitista. Os modelos estão fora de moda".

O historiador e professor Falcon acredita haver muito cinismo neste fim de século. Trata-se de uma época de relativismo, de pragmatismo, de ausência de ideais. Há um confor-

mismo, um sentimento de fatalismo, muito comum no Brasil, que é o que faz com que os líderes progressistas hoje percam a paciência frente à inércia da elite dominante.

Em geral, as pessoas temem as mudanças que possam subverter seu cotidiano. O professor exemplifica esta afirmação com uma análise das eleições nas quais foram vitoriosos Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso. Nenhum dos dois poderia ter sido eleito só com o voto das cúpulas dominantes, que são minoria. O povo votou neles pelas promessas que fizeram. A maioria das pessoas no Brasil se acostumou com um nível mínimo de satisfações.

"Acredito que não haveria tanta exclusão se os excluídos não a aceitassem. Nossa sociedade está cheia de exclusões praticadas e aceitas de forma tácita. Quando as coisas são praticadas 'de uma certa forma', não há problemas. No Brasil a exclusão começa pela existência generalizada de dois elevadores nos edifícios, um para os empregados domésticos e outro para os patrões. E de duas portas de entrada, uma para o pessoal de 'serviço' e outra para os moradores."

culo trará efetivamente o fim das utopias e imporá o reinado do pragmatismo, com algumas ilhas de prosperidade, mas em um mundo onde grassa a pobreza.

– Considero que o conceito mais definidor neste processo sobre o qual estamos conversando é o de *exclusão*. O que existe não é suficiente para todos. As ilhas de prosperidade são limitadas. Agora, como isto se conjuga com os projetos nacionais? Como se conjuga com os parâmetros antigos de análise social?

Para tomar a sociedade brasileira como exemplo, eu creio que aqui vai se tentar resolver o problema pela via de supressão. Primeiro pode haver um confinamento e depois eliminação dos que sobraram.

Como? Por eliminação física?

– Acredito que pode começar a aplicar-se uma política de deslocamento populacional para as áreas mais inóspitas do país, com conseqüências impensáveis. Creio que, nos centros urbanos, pode avançar uma política de restrições nesse sentido. Algo que não chegou a ocorrer nos anos 80 devido ao processo de redemocratização, que permitiu a ocupação pacífica de espaços públicos e privados pelas populações de baixa renda.

Mas em países com extensas fronteiras agrícolas ainda abertas, como é o caso do Brasil, não seria possível praticar uma política de assentamento populacional com um raciocínio diferente, menos cruel?

– No Brasil há um elemento por trás deste problema, que é o tema do direito de propriedade. Poderia ser possível reformar a estrutura agrária do país se fosse possível mudar o regime de propriedade, questionar os direitos de propriedade. Mas o Brasil é um país ocupado de forma ilegal, onde os grandes proprietários não têm como comprovar a procedência de seus títulos de posse de terras.

Quais são os conceitos e categorias que mudaram ao longo de todas estas décadas?

– Há temas do século XIX que ressurgem no século XX e que são muito curiosos. Um deles é o da civilização. Há conceitos, inclusive, que são deformados pelo colonialismo e o imperialismo. Então hoje, no final do século XX, alguns dos valores do século XVIII que passaram ao XIX

começam a ser revisados. Começou uma revisão dos processos civilizatórios dos séculos XVIII e XIX e há três óticas de enfoque: uma visão iluminista, uma visão romântica e uma visão cínica.

Prof. Falcon, para o sr. há outros temas importantes no centro desta evolução sobre a qual conversamos?

– Eu assinalaria o papel da ciência. No final do século XIX, a ciência era Deus. A perspectiva de transformação da Humanidade estava depositada na ciência e estava na moda ser *cientificista*.

As cúpulas do poder acreditavam na ciência. Hoje, pelo contrário, está na moda desconfiar da ciência. Naquela época não se pensava na preservação do meio ambiente. Existia uma confiança ilimitada no controle das doenças endêmicas por parte da ciência. Hoje em dia, já não existe esta segurança. Hoje se anuncia a erradicação de uma doença e no dia seguinte voltam a aparecer um, dois, ou três casos. As chamadas *grandes verdades* foram questionadas.

Outro aspecto é o surgimento dos grupos ultrarreligiosos. Atualmente, crescem em muitas regiões seitas de extremismo religioso. E isto nos leva novamente ao tema da revolução. No começo do século XX, se acreditava não somente que uma revolução proletária era possível, mas também que era inevitável. A grande preocupação das cúpulas dominantes em diferentes países era proteger-se e proteger a sociedade contra a “ameaça revolucionária”.

Hoje, não é mais esta ameaça revolucionária o que preocupa, pelo contrário. São outras expressões, que poderíamos chamar de retrógradas, ou reacionárias, movimentos de segregação, de exclusão, de fanatismo religioso.

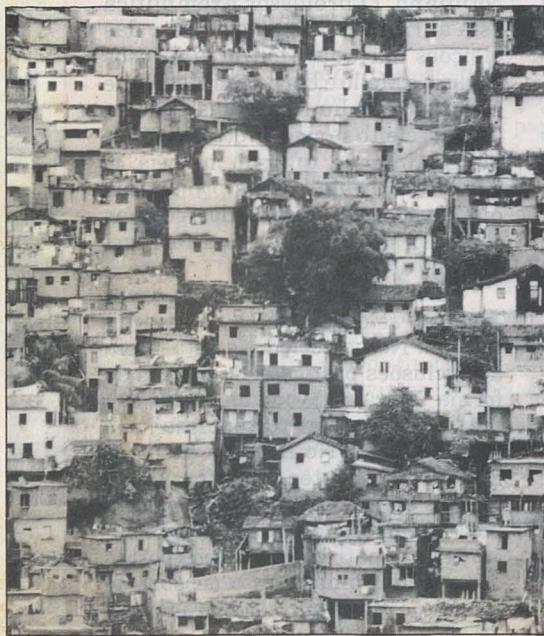
Há um século se pensava que o avanço da civilização das luzes iria suprimir as religiões, mas pelo contrário, as religiões crescem cada vez mais. Cada vez há mais seitas, inclusive sob o ponto de vista do ocultismo e da magia. No começo do século o *magô* era algo impensável, em contrapartida, hoje...

E o Estado nação, como evoluiu na sua opinião?

– Como foi dito, o Estado nação vive atualmente um drama sem solução, porque é muito pequeno para uma ordem internacional como a que está sendo estruturada, e muito grande sob o ponto de vista dos pequenos cantões nacionais, éticos, religiosos e lingüísticos.

No fim do século XX, o Estado nação está ameaçado em duas frentes. Pelo que não pode fazer e, segundo outro ponto de vista, pelo que faz em excesso. É muito grande e é muito pequeno, ao mesmo tempo. É pequeno para o mundo da comunicação instantânea, dos interesses plurinacionais e multinacionais. É muito grande para os grupos que têm um interesse separatista e cultural particular. ■

No Rio de Janeiro, uma parte da população não consegue ser assimilada pelo conjunto de cidadãos, não tem como integrar-se à sociedade nacional



*A entrevista dos professores Afonso Carlos Marques dos Santos e Francisco José Calazans Falcon foi concedida a Marcelo Montenegro e Jessie Jane de Souza